

RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO

SEGUNDO BIMESTRE DE 2015

Eu, **CRISTINA TIEMI ABE HIROSE**, RG n.º 37.452.575-4, servidora efetiva, matrícula funcional n.º 230, nomeada através da Portaria nº 49, de 03 de setembro de 2014, na qualidade de responsável pelo Controle Interno do Instituto de Previdência do Município de Caraguatatuba – CaraguaPrev e em cumprimento ao Comunicado SDG nº 32, de 28 de setembro de 2012 do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO e a fim de atender os artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal, o artigo 54, parágrafo único, e artigo 59, ambos da Lei de Responsabilidade Fiscal, esse controle interno realizou, referente período supramencionado, procedimentos de controle, objetivando principalmente:

- I. Avaliar o cumprimento das metas previstas e a execução dos programas de governo e do orçamento do CaraguaPrev;
- II. Comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração do CaraguaPrev, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
- III. Exercer o controle sobre o deferimento de vantagens e a forma de calcular qualquer parcela integrante da remuneração, vencimento ou salário de seus membros ou servidores;
- IV. Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do CaraguaPrev; e
- V. Apoiar o Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no exercício de sua função institucional de controle externo.

O Instituto de Previdência do Município de Caraguatatuba – CaraguaPrev, está sujeito ao regime de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade na gestão dos recursos obtidos pela Administração.

Considerando que o relatório em questão tomou por base informações e fundamentou-se em documentação verídica, bem como, verificação dos aspectos constitucionais e legais que norteiam a Administração Pública Municipal, com abrangência e particularidades próprias da metodologia de controles.

Considerando o resultado da análise do processo em causa, tende-se a evidenciar o que segue:

1- SITUAÇÃO FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA E PATRIMONIAL

Para o 2º Bimestre de 2015 não houve alteração quanto a despesa fixada e a receita estimada, conforme informado no bimestre anterior.

2 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA

2.1 - Das Receitas – Fiscalização das Receitas de Contribuição

Constatou-se a regularidade dos lançamentos, cobranças e registro das receitas das contribuições previdenciárias, parte patronal e dos segurados. Verificamos a regularidade dos repasses pelos órgãos: Prefeitura de Caraguatatuba, da Câmara Municipal de Caraguatatuba e Fundação Educacional e Cultural de Caraguatatuba – FUNDACC e CaraguaPrev.

2.2 - Demais Receitas

Constatou-se também a regularidade dos lançamentos e registro das receitas da Compensação Previdenciária - COMPREV e o registro dos rendimentos das aplicações financeiras em contas de Variação patrimonial aumentativa ou diminutiva.

2.3 - Resultado da Execução Orçamentária - RECEITAS

Verificou-se o comportamento da Execução Orçamentária no tocante às Receitas e aferimos resultado acumulado deficitário no segundo bimestre de 2015, conforme quadro que segue:

SEGUNDO BIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2015						
Discriminação	No Período			Acumulado		
	Previsão Anual	Programada	Realizada	Programada	Realizada	à Realizar
RECEITAS						
I. Receitas Correntes	12.972.000,00	2.162.000,00	2.029.818,68	4.324.000,00	4.085.189,77	-8.886.810,23
Contribuição do Servidor-Ativo Civil	11.269.000,00	1.878.166,66	1.757.541,68	3.756.333,32	3.501.035,80	-7.767.964,20
Contribuição do Servidor Inativo Civil	65.000,00	10.833,34	11.686,26	21.666,68	23.140,12	-41.859,88
Contrib. do Servidor Pensionista Civil	25.000,00	4.166,66	3.817,40	8.333,32	7.600,61	-17.399,39
Receita Patrimoniais	639.000,00	106.500,00	0,00	213.000,00	0,00	-639.000,00
Indenizações e Restituições	950.000,00	158.333,34	256.773,34	316.666,68	553.413,24	-396.586,76
Outras Receitas Correntes	24.000,00	4.000,00	0,00	8.000,00	0,00	-24.000,00
II.Receita IntraOrçamentária	17.028.000,00	2.838.000,02	2.682.614,72	5.676.000,04	5.343.844,43	-11.684.155,57
Contribuição Patronal -Ativo Civil	17.028.000,00	2.838.000,02	2.682.614,72	5.676.000,04	5.343.844,43	-11.684.155,57
TOTAL DA RECEITA	30.000.000,00	5.000.000,02	4.712.433,40	10.000.000,04	9.429.034,20	-20.570.965,80

2.4 - Gestão de Investimentos

A Gestão dos investimentos se deu em atendimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional de nº 3.922/10 e Política de investimentos para o exercício de 2015. **(Doc.01)**

No 2º Bimestre, os investimentos do CaraguaPrev não superaram a meta atuarial (IPCA + 6% a.a), com atingimento de 53,77%. **(Doc.02)**

No referido bimestre, nos termos da Resolução n.º 3.922/2010 do Conselho Monetário Nacional, Portaria MPS nº 519/2011 e suas alterações, e da Instrução Normativa n.º 15, de 25 de fevereiro de 2014 do CaraguaPrev, foi realizado credenciamento da Instituição BB GESTÃO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., CNPJ N.º 30.822.936/0001-69, que apresentou a documentação solicitada, a qual foi analisada pelo Comitê de Investimentos e aprovada pelo Conselho Deliberativo do CaraguaPrev, sendo considerada credenciada.

Foi enviado ao Ministério da Previdência Social o Demonstrativo das aplicações e Investimentos, o Comprovante de Repasses das Contribuições ambos aferidos por aquele órgão como REGULARES.

3 – DESPESAS

3.1 - Formalização e Conteúdo

Foram examinadas as despesas efetuadas no período e constatamos a sua regularidade quanto ao aspecto legal e formal.

3.2 - Benefícios Previdenciários

Os benefícios são concedidos pelo órgão após o devido processo administrativo em que se comprovam os requisitos exigidos em lei. No referido bimestre, foram concedidas 11 aposentadorias e 2 pensões. O pagamento dos proventos de benefícios dos servidores inativos e dos pensionistas processaram-se dentro das datas previstas, aplicando-se o teto constitucional remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão tendo como limite o subsídio do Prefeito Municipal, obedecendo-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.

3.3 - Da Despesa de Administração

O CaraguaPrev cumpriu a determinação da Lei Municipal nº 888/00 que fixa limite de gasto com despesas de administração. Análises efetuadas demonstram que foram realizados gastos administrativos dentro do limite de 2% constantes do

Orçamento Anual do CaraguaPrev. O exame documental da despesa revelou regularidade de instrução formal.

3.4 - Ordem Cronológica dos Pagamentos

O controle interno aferiu cumprimento de todas as obrigações financeiras no período. Todos os fornecedores e colaboradores foram pagos dentro das datas previstas, constatando-se atendimento à ordem cronológica dos pagamentos.

3.5 - Resultado da Execução Orçamentária – DESPESAS

A execução orçamentária da Despesa pode ser demonstrada, sinteticamente, da seguinte forma:

DESPESAS	SEGUNDO BIMESTRE DE 2015			Acumulado		
	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Empenhado	Liquidado	A empenhar
III. Despesas Correntes	13.075.000,00	1.479.276,41	1.526.140,20	3.197.982,92	3.007.007,90	9.877.017,08
Inativos Civis	8.510.000,00	1.025.790,29	1.027.596,94	2.035.554,55	2.027.992,96	6.474.445,45
Pensionista Civis	2.505.000,00	252.607,82	252.607,82	499.424,83	499.424,83	2.005.575,17
Outras Despesas Correntes	2.060.000,00	200.878,30	245.935,44	663.003,54	479.660,11	1.396.996,46
IV. Despesas de Capital	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
Investimentos	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
Reserva Legal	15.925.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.925.000,00
TOTAL DA DESPESA	30.000.000,00	1.479.276,41	1.526.140,20	3.197.982,92	3.007.077,90	26.802.017,08

3.6 - Dos Empenhos

No segundo bimestre de 2015 os empenhos foram emitidos de forma prévia, nos quais estão anexados os documentos de suporte. O arquivamento dos empenhos se encontra em boa ordem e de fácil localização. A despesa empenhada em cada empenho está classificada de forma adequada. Todas as notas estão assinadas pela autoridade competente e o responsável pela sua emissão.

3.7 - Da liquidação da despesa

No segundo bimestre de 2015 foram emitidas liquidações de empenhos. A liquidação das despesas está baseada em documentos fiscais e atestados conforme a entrega dos serviços ou dos bens.

3.8 - Das Ordens de Pagamento

No segundo bimestre de 2015 foram emitidas ordens de pagamentos mediante autorização da autoridade competente e processadas pela contabilidade de forma tempestiva. As ordens de pagamento registram de maneira clara as retenções exigidas por contrato ou lei (INSS, I.R.R.F, etc)

4 - DA ANÁLISE FINANCEIRA

4.1 - Do Saldo Financeiro

O saldo financeiro no segundo bimestre de 2015, apresentam-se conforme demonstração a seguir:

NUMERO	BANCO	AGENCIA	DESCRIÇÃO	SALDO A SEGUIR
BANCOS CONTA APLICAÇÃO				R\$ 201.138.852,75
1	001	1741-8	9999-6 - BANCO DO BRASIL – PREVID.AÇÕES GOV.	540.960,05
2	001	1741-8	9999-6 - BANCO DO BRASIL – PREV. RF IRF-M1	8.007.401,06
3	104	0797	9999-0 – CAIXA FI BRASIL REF DI LONGO PRAZO	3.421.119,87
4	044	004	1243450-1 - FIDC MULTISSETORIAL BVA ITÁLIA	1.678.802,38
5	104	0797	1000-0 – CAIXA FI BRASIL IRF-M1 TP RF	64.952.591,99
6	001	1741-8	9999-6 – BANCO DO BRASIL – PREV RF IDKA2	3.495.224,75
7	341	0248	04042-0 – SOBERANO RF IRFM1	14.749.990,93
8	001	1741-8	9999-6 - BB PREVID RF PERFILI	18.007.346,48
9	033	0342	13001576-2 – SANTANDER CORPORATE DI	2.019.374,15
10	104	1741-8	1000-0 – CAIXA FI REF DI LONGO PRAZO	13.890.496,67
11	104	0797	1000-0 – CAIXA TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	57.475.869,79
12	033	0342	13001576-2 - BANCO SANTANDER – FIC IRF-M1 TIT PUB RF	740.239,32
13	001	1741-8	9999-6 – BANCO DO BRASIL – PREVID. RF IMAB 5+	3.189.242,24
14	104	1000-0	1000-0 – CAIXA FI BRASIL IMA-B TIT PUBL RF L	8.970.193,07
BANCOS CONTA MOVIMENTO				R\$ 6.803,67
15	001	1741-8	9999-6 – BANCO DO BRASIL Conta Movimento	200,22
16	033	4171-8	13000149-1 - BANCO SANTANDER Conta Movimento	2,60
17	104	0797	9999-0 – C.E.F – Conta Movimento	5.939,19
18	104	0797	1000-0 – C E F – Conta Movimento	661,66
TOTAL:				R\$ 201.145.656,42

5 - DOS ATOS DE PESSOAL

- ✓ O Instituto tem quadro próprio de pessoal, contando com funcionários efetivos e as funções de confiança são exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e segurados do sistema previdenciário, com os cargos em comissão destinados apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- ✓ De acordo com a Lei municipal nº 1.759 de 15 de outubro de 2009, os cargos em comissão da Diretoria Executiva do CaraguaPrev, conforme quadro é a seguinte:

Cargos de Provimento em Comissão:

CARGO	SÍMBOLO/NÍVEL	QUANTIDADE
Presidente	CC-0	01
Diretor Financeiro	CC-3	01
Chefe de Benefícios	CC-5	01

No período do 2º bimestre de 2015, exerceram os cargos da Diretoria Executiva:

- ✓ Nomeado pelo Decreto nº 156, de 22 de setembro de 2014, para o cargo de Presidente o servidor **André Lúcio de Abreu** para o período de **04.09.14** a **03.09.16**, recebendo subsídio no valor de R\$ 10.680,49 (dez mil e seiscentos e oitenta reais e quarenta e nove centavos), conforme a Lei nº 2.214 de 12 de dezembro de 2014;
- ✓ Nomeados pelo Decreto nº 157, de 22 de setembro de 2014, os servidores efetivos **Ezequiel Guimarães de Almeida** e **Fernando Gonçalves Cervantes**, para os cargos de Diretor Financeiro e Chefe de Benefícios, ambos para o período de **08.09.14** a **07.09.16**, sendo o Diretor Financeiro com remuneração do seu cargo de Agente Administrativo, demais vantagens de seu cargo e gratificação de 30%, estabelecida no art. 21 da LC nº 25, de 25 de outubro de 2007 e o Chefe de Benefícios com vencimentos de R\$ 2.438,41 (dois mil e duzentos e noventa e dois reais e noventa e quatro centavos);
- ✓ O quadro de servidores efetivos é composto por 06 Agentes administrativos, 01 Técnico de contabilidade e 01 Procurador jurídico;
- ✓ Foi aplicado o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão aplicando-se como limite o subsídio do Prefeito Municipal, obedecendo-se o disposto no artigo 37, inciso XI da CRFB/88;
- ✓ A frequência dos servidores é controlada através de registro de ponto eletrônico biométrico, sendo que a folha de pagamento foi elaborada com base nos dados ali registrados.

6 - REMUNERAÇÃO E COMPOSIÇÃO DOS MEMBROS DOS CONSELHOS E COMITÊ:

- ✓ Os membros dos Conselhos Fiscal, Deliberativo e também do Comitê de Investimentos não são remunerados.
- ✓ O Conselho Fiscal é composto por: Alexandra Damaso Fachini, Marcus da Costa Nunes Gomes e Vicente Jacinto dos Santos;
- ✓ Coforme Portaria nº 56, de 16 de outubro de 2015, o Comitê de Investimentos é composto por: André Lúcio de Abreu, Ezequiel Guimarães de Almeida, Eduardo Giglio Prado de Andrade, José Mario da Silva e Sarão Moises Benedito;
- ✓ O Conselho Deliberativo é composto por: André Lúcio de Abreu, Ezequiel Guimarães de Almeida, Alberto David Polato, Eduardo Giglio Prado de Andrade, José Mario da Silva, Marlene Aparecida da Costa Aulicino, Pablo da Costa Rocha e Sarão Moisés Benedito.

7 - DOS CONTRATOS, DAS COMPRAS E LICITAÇÕES:

- ✓ No segundo bimestre de 2015, não houve processo licitatório.
- ✓ Nas dispensas licitatórias por valor, o Instituto pesquisa junto a pelo menos três fornecedores.
- ✓ No referido bimestre não firmou contrato ou termo de aditamento.

8 – TESOUREARIA, ALMOXARIFADO

- ✓ As conciliações bancárias têm sido feitas em períodos mensais;
- ✓ Os pagamentos são feitos após o prévio empenho;
- ✓ A ordem cronológica de pagamentos tem sido obedecida;
- ✓ Segundo nossos testes efetuados, verificamos o correto lançamento destes setores.

9 - DOS BENS PATRIMONIAIS

- ✓ Foi constatado que os bens móveis adquiridos pelo Instituto e incorporados ao patrimônio municipal estão registrados contabilmente, estando todos numerados, com placas de identificação afixadas e regulares.

10 - USO DO TELEFONE FIXO

- ✓ O Instituto tem duas linhas de telefone fixo e seu uso é monitorado mensalmente através do relatório enviado pela operadora.

11 - DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO:

- ✓ Não foram realizadas operações de crédito no 2º bimestre.

12 - DOS CONSELHOS DE PREVIDENCIA E FISCAL

- ✓ Os Conselhos reuniram-se ordinariamente de acordo com o estabelecido na Lei Instituidora, tendo aprovado e apreciado matérias de sua competência.
- ✓ As Demonstrações Financeiras do período em exame foram aprovadas pelos pares do Conselho Fiscal.

13 - DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

- ✓ O Comitê de Investimentos também se reuniu, tendo discutido matérias relativas a investimentos do Instituto, submetendo suas decisões para aprovação do Conselho Deliberativo, bem como analisou o relatório de investimentos de cada mês.

14 - CÁLCULO ATUARIAL

- ✓ No 1º bimestre, não houve alterações quanto as alíquotas de contribuição, permanecendo a alíquota de 11% para os servidores ativos, inativos e pensões e para os órgãos empregadores (patronal) a aplicação da alíquota de 16,79% (incluso o financiamento do déficit técnico atuarial com a manutenção da alíquota de 3,94%).

15 - CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIÊNCIARIA - CRP

- ✓ O CRP de Nº 986311-127260 do Município está em vigor, tendo sido emitido em 19 de novembro de 2014 e válido até 18 de maio de 2015. Foi constatado o atendimento a todos os requisitos necessários à sua renovação, não existindo critérios irregulares para o RPPS de Caraguatatuba, junto ao Ministério da Previdência Social.

16 - LIVROS E REGISTROS

- ✓ Pelos testes efetuados, na extensão considerada necessária, verificamos a boa ordem formal dos livros e registros, estando regulares.

17- DENÚNCIAS / REPRESENTAÇÕES / EXPEDIENTES

- ✓ Não chegou ao nosso conhecimento a existência de denúncias ou representações.

18 - TRANSPARÊNCIA

- ✓ Verificamos que o CaraguaPrev mantém atualizado seu sitio na Internet (site), onde pudemos encontrar publicados: toda as informações de Receitas e Despesas detalhadamente, Balancetes da Receita, Balancetes da Despesa, Plano Plurianual, LOA, Política de Investimentos, Extratos de contatos, Atas das reuniões do órgão máximo decisória o Conselho Deliberativo, do Comitê de Investimentos, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, APRs, Credenciamento de instituições financeiras, legislações e outras

informações atendendo o princípio da transparência da coisa pública e também buscando a interação com os segurados.

19 – PROJETO AUDESP

- ✓ O Sistema AUDESP é alimentado com a ciência da obrigatoriedade de cumprir os respectivos prazos. Observa-se que os prazos foram cumpridos no bimestre em análise.

20 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

- ✓ Todas as despesas realizadas pelo Instituto estão em consonância com o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentária e Lei Orçamentária Anual, atentando ao cumprimento das metas estabelecidas.

Caraguatatuba, 12 de maio de 2015.

CRISTINA TIEMI ABE HIROSE
Responsável pelo Controle Interno